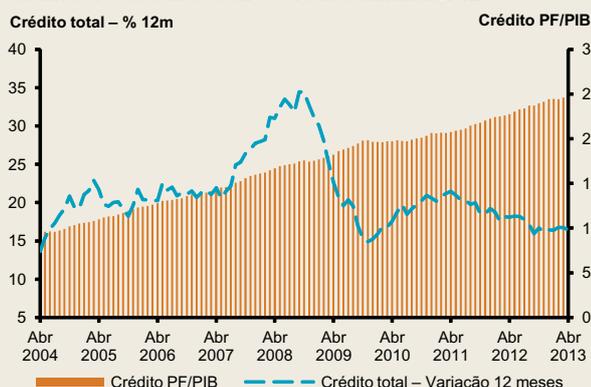


Evolução do *Portfolio* das Dívidas Bancárias das Famílias

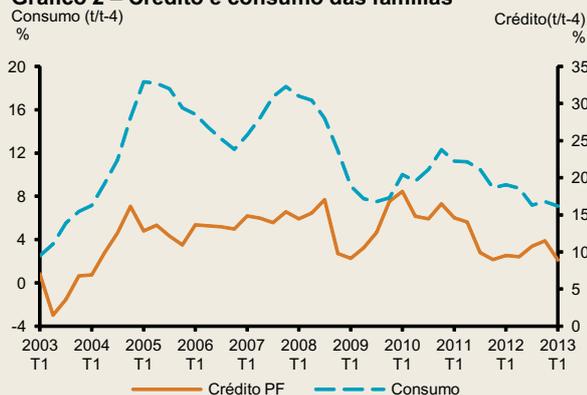
Gráfico 1 – Crédito total e crédito famílias/PIB



As operações de crédito do sistema financeiro destinadas a pessoas físicas aumentaram de 9,4% do PIB, ao final de 2003, para 24,8% do PIB, em abril de 2013 (Gráfico 1). Este boxe avalia as mudanças registradas, no período, na composição da carteira do segmento, com ênfase no crescimento da participação de modalidades de prazo mais longo e custos menores, e menos influenciadas por necessidades temporárias do orçamento doméstico.

Os primeiros sinais de elevação da demanda por empréstimos foram percebidos a partir de setembro de 2003, em contexto de distensão da política monetária e retomada do nível de atividade. No final daquele ano, as operações contratadas no segmento de pessoas físicas somaram R\$159,3 bilhões, elevando-se 15,5% em doze meses, ante expansão de 10,9% em dezembro 2002. Essa evolução refletiu, em grande parte, o dinamismo da modalidade crédito pessoal, que registrou variações respectivas de 24,2% e 5,7%, nas mesmas bases de comparação.

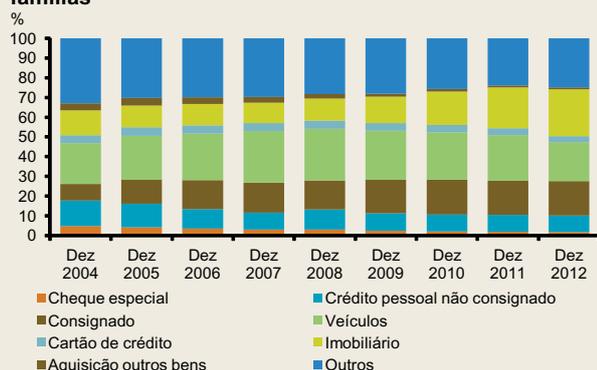
Gráfico 2 – Crédito e consumo das famílias



De 2004 a 2008 ocorreu significativa expansão do crédito para consumo e aquisição de bens duráveis, condicionada por fatores econômicos e institucionais (Gráfico 2). A consolidação da estabilidade macroeconômica favoreceu a redução das taxas de juros, com o custo médio das famílias atingindo 43,9% a.a. em dezembro de 2007, ante 66,6% a.a. em 2003. O crescimento dos níveis de emprego e renda e os avanços institucionais permitiram a consolidação de modalidades com prazos mais longos e taxas mais reduzidas, em ambiente de expansão da oferta de crédito com manutenção da solidez do sistema financeiro. Adicionalmente, o desempenho dos financiamentos para aquisição de bens duráveis foi influenciado pelas parcerias formalizadas entre o sistema financeiro e as redes de comércio varejista, que concorreram para a ampliação do acesso ao crédito pela população de menor renda.

A evolução da composição da carteira de crédito das pessoas físicas (Gráfico 3) pode ser segmentada em

Gráfico 3 – Composição das dívidas bancárias das famílias



dois períodos. No primeiro, do final de 2003 ao final de 2008, ocorreram aumentos acentuados nas participações das modalidades crédito consignado¹, de 6% para 14,8%, e aquisição de veículos (incluindo operações de arrendamento mercantil)², de 19,9% para 26,1%. Em oposição, recuaram as representatividades das modalidades cheque especial, 2,8 p.p., e crédito pessoal não consignado, 3,1 p.p.

Vale ressaltar que embora a participação da modalidade crédito imobiliário tenha registrado relativa estabilidade no período, o aprimoramento do arcabouço jurídico do segmento e do setor da construção civil, principalmente com a Lei 10.931, de agosto de 2004, favoreceu a expansão sustentada desses financiamentos nos anos seguintes³.

Nos últimos meses de 2008, a conjuntura macroeconômica foi influenciada pelos desdobramentos da crise financeira internacional, que suscitaram ações de política econômica visando assegurar as condições adequadas de liquidez. Nesse cenário, persistiu a trajetória crescente do crédito no segmento de pessoas físicas, que atingiu 24,8% do PIB em abril de 2013, ante 17,6% do PIB em dezembro de 2008.

Nesse período, destacaram-se as elevações nas participações das modalidades crédito consignado, de 15% para 18%, e crédito imobiliário, de 10,2% para 25%, esse beneficiado pelo impacto da estabilidade macroeconômica sobre as decisões de longo prazo das famílias⁴. Em sentido oposto, refletindo, em parte, o aumento da demanda pelas modalidades mencionadas, ocorreu retração na parcela dos financiamentos para aquisição de bens duráveis, de 29,2% para 19,3%, com

1/ A expansão do crédito consignado foi estimulada pela Lei nº 10.820, de 17.12.2003, que regulamentou o desconto em folha de prestações de dívidas contraídas com o sistema financeiro. Para facilitar a disseminação dessas operações, permitiu-se a celebração de acordos entre instituições financeiras e empresas ou entidades sindicais, no caso de trabalhadores da iniciativa privada e, a partir de maio de 2004, o Governo Federal estendeu o programa aos beneficiários do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

2/ A evolução dessa modalidade foi influenciada pelo aumento de 9,6 p.p. na representatividade das operações de *leasing*, atribuída, sobretudo, à inexistência da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e ao reconhecimento, em 2003, da legalidade do parcelamento do Valor Residual Garantido.

3/ Dentre as medidas implementadas, ocorreram desonerações tributárias no setor da construção civil e a possibilidade de concessão dos financiamentos habitacionais com desconto de prestações em folha de pagamento. O avanço na utilização de mecanismo de garantia por alienação fiduciária fomentou os estímulos à oferta de crédito imobiliário, uma vez que o referido instrumento reduz significativamente o prazo de recuperação do imóvel inadimplente.

4/ Os desembolsos com recursos da caderneta de poupança do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) totalizaram R\$59,4 bilhões no período de doze meses encerrado em abril de 2013, ante R\$14,5 bilhões em 2008, sendo 81,5% relativos a contratos com taxas de juros controladas. Adicionalmente, no âmbito dos recursos direcionados, as operações realizadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, com vigência desde 2009, destinadas a mutuários com renda familiar de até R\$5 mil mensais, somaram R\$58,1 bilhões em março de 2013.

ênfase no recuo, de 26,8% para 18,3%, na modalidade aquisição de veículos. No mesmo sentido, decresceram as participações das modalidades cheque especial, de 3% para 1,9%; cartão de crédito financiado, de 4,1% para 3,2%; e crédito pessoal exclusivo consignado, de 10,2% para 8,4%.

Outros indicadores corroboraram a melhora da qualidade do *portfólio* da dívida bancária das famílias, do final de 2003 a abril de 2013. Pelo lado da oferta de recursos, a expansão do crédito ocorreu notadamente nos níveis de risco mais reduzidos, com a participação do crédito de melhor qualidade, avaliado como de risco normal, crescendo de 85,2%, no final de 2003, para 91,1%, em abril de 2013. No mesmo período, a representatividade dos empréstimos e financiamentos de risco mais elevado, requerendo provisionamento integral pelas instituições financeiras, recuou de 4,9% para 4,1%.

O exame da evolução dos níveis de endividamento e comprometimento de renda indica que a elevação recente registrada nesses indicadores ocorreu em contexto de melhora na qualidade do *portfólio*. Assim, o comprometimento de renda com juros e amortização (Gráfico 4) aumentou de forma mais acentuada em 2011, em linha com o expressivo aumento do crédito imobiliário nesse período, ressaltando-se que as prestações mensais substituem, em parte, despesas com aluguéis

Em linhas gerais, as operações de crédito do sistema financeiro destinadas a pessoas físicas aumentaram significativamente do final de 2003 até abril de 2013, trajetória relevante para a consolidação do mercado interno do país. No decorrer do período, em linha com a maior solidez do ambiente macroeconômico, ocorreram recuo relevante nas taxas de juros e migração da demanda para modalidades de menor risco e prazos mais dilatados, como crédito consignado e financiamento imobiliário. A melhora nas condições do mercado de crédito é evidenciada, adicionalmente, pelo aumento da participação do crédito de melhor qualidade, avaliado como de risco normal, e pela relativa estabilidade do comprometimento de renda das famílias com juros e amortização.

Gráfico 4 – Endividamento e comprometimento de renda

